

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE - CFFC

REQUERIMENTO Nº , DE 2018

(Do Sr. PADRE JOÃO e outros)

Requer a realização de audiência pública para tratar sobre os conflitos fundiários na região Norte de Minas do Estado de Minas Gerais, em especial, debater as violações aos Direitos Territoriais dos povos das águas.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC), para tratar sobre os conflitos fundiários na região Norte do Estado de Minas Gerais, em especial, debater as violações aos Direitos Territoriais dos povos das águas, com o objetivo de apresentar um dossiê com casos emblemáticos de violações territoriais no Brasil; denunciar os conflitos nos territórios, dando visibilidade a realidade vivenciada pelas comunidades pesqueiras; construir estratégias de enfrentamento as violações ocorridas junto a comunidades tradicionais pesqueiras.

Solicitamos sejam expedidos os respectivos convites para representantes das seguintes entidades, órgãos públicos, movimentos e organizações:

- SPU – Secretaria de Patrimônio da União;
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;
- AGU – Advocacia Geral da União;

- CPT – Comissão Pastoral da Terra;
- CPP – Conselho Pastoral dos Pescadores;
- ANP – Articulação Nacional das Pescadoras;
- Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil;
- Representante do Governo do Estado de Minas Gerais;
- Luciano Maia da Sexta Câmara do Ministério Público Federal; e
- Representantes do Ministério Público Federal e Estadual;
- Movimento dos Trabalhadores Sem Terras – MST.

JUSTIFICAÇÃO

Os conflitos fundiários no Norte de Minas têm sido discutidos e retratados em alguns espaços de debate. Contudo, as ações do Estado ainda não foram capazes de garantir os direitos territoriais das diversidades identitárias, especialmente no que se refere ao acesso a terra e território. Para isso é necessário que a terra no Norte de Minas passe por um processo de democratização.

São pelo menos quinze comunidades situadas em nove municípios envolvendo diversas coletividades identitárias, tais como pescadores artesanais, vazanteiros, geraizeiros, quilombolas, entre outros. Segue a relação dessas organizações, seguida do Município de origem:

- Comunidades Pesqueira e Vazanteira de Caraíbas; e da Venda, ambas, localizadas em Pedras de Maria da Cruz;
- Comunidades Quilombola, Pesqueira e Vazanteira de Croatá; e de Sangradouro Grande – ambas de Januária;
- Comunidade Pesqueira e Vazanteira de Canabrava, em Buritizeiro;
- Comunidade Extrativista de Barra do Pacuí; e Pescadores Artesanais de Ibiaí, ambas as entidades, situadas em Ibiaí;
- Comunidade Pesqueira e Vazanteira de Ilha da Porteira, localizada em São Francisco;

- Comunidade Tradicional Geraizeira do Vale das Cancelas, em Grão Mogol;
- Comunidades de Barroão; de Pau de Fruta; de Buritis de Baixo, todas de Jequitaiá;
- Comunidades Vazanteiras de Barrinha; de Cabaceiras; e de Maria Pretas, todas de Itacarambi; e
- Comunidade Geraizeiras de Riacho dos Machados, localizada em Riacho dos Machados.

Os fatos recentes ocorridos na região mostram uma situação bastante grave de violação de direitos e de avanço da violência no campo, que não é diferente do que ocorre em muitas regiões do País. Os fazendeiros montam um esquema para destruir qualquer iniciativa popular de democratização da terra; de reconhecimento dos direitos dos camponeses em geral e das comunidades tradicionais em particular. Em especial dos povos ribeirinhos do Rio São Francisco.

A estratégia do latifúndio tem envolvido o uso de milícias armadas, organizações ruralistas locais, empresa de comunicação, de segurança e da área jurídica. Assim, atuam de um lado, com as milícias armadas, atacando as comunidades, e de outro, utilizam dos órgãos públicos (judiciário, legislativo e executivo) e controlam a mídia local para tentar ganhar a opinião pública na região.

Conforme amplamente noticiado na imprensa local e nacional, existem investigações da Polícia Civil que resultaram em apreensão de armas em duas fazendas, expedição de mandados de prisão preventivos contra diversas pessoas envolvidas no esquema, tendo sido efetuadas treze prisões, envolvendo pistoleiros (inclusive do Pará e Maranhão), Gerente de uma Fazenda e um Advogado.

Na região tem se organizado um processo articulado do latifúndio que dissemina ódio e pratica violência contra os movimentos sociais, as comunidades tradicionais, instituições públicas, organizações sociais e direitos humanos comprometidos com o processo de democratização de acesso a terra.

Recentemente, cerca de cem fazendeiros interditaram a LMG-657, conhecida Estrada da Produção, na zona rural de Montes Claros, atearam fogo na bandeira do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), contra uma ocupação, de cem famílias, em uma área pertencente ao Estado.

Conforme relatos que chegaram ao nosso conhecimento, as famílias sem-terra foram expulsas da área por força de jagunços armados sob o olhar da Polícia Militar e lamentavelmente, pelo próprio Governo do Estado. Esse fato foi denunciado em audiência pública do Estado de Minas Gerais, no dia 25 de abril de 2018. Grande parte das áreas em conflito são ociosas, onde a terra não cumpre a função social, áreas devolutas e públicas do Estado ou da União.

Assim, contamos com o apoio dos nobres Pares, para aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2018.

Deputado Federal PADRE JOÃO (PT/MG)